

Cruesp mantém proposta e fecha as negociações salariais. É central defender a assistência estudantil e lutar por mais verbas na LDO

Uma das razões alegadas pelos reitores para encerrar as negociações salariais é o comprometimento com salários na Unicamp, cujo crescimento está bem acima dos reajustes salariais. Este aumento é explicado pelo fato de ser uma universidade nova, onde cresce o pagamento de aposentadorias e ainda não estão estabilizadas as despesas com progressão na carreira e tempo de serviço (sexta-parte, quinquênios etc.). O Cruesp sabia muito bem disto e tinha a obrigação de lutar para aumentar o investimento do Estado nas estaduais paulistas. Em vez de enfrentar os governadores de plantão, o Cruesp prefere financiar o processo de maturação da

Unicamp por meio do arrocho de salários.

Há anos o Fórum das Seis vem alertando os reitores sobre a necessidade de aumentar os recursos destinados à USP, Unesp, Unicamp e ao Centro Paula Souza, realizando campanhas seguidas na Assembléia Legislativa nos momentos de discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), bem como da Lei Orçamentária (LO).

É importante registrar que o problema da Unicamp é estratégico. O processo de maturação deve durar pelo menos uma década e, portanto, se não nos mobilizarmos para obter maior investimento do Estado nas universidades estaduais paulistas, teremos que nos defrontar com a mesma solução dada



Daniel Garcia

Ato do Fórum das Seis na Alesp, em 1º de junho

neste ano para a questão: arrocho de salários de professores e funcionários e cortes no já poucos recursos destinados à assistência estudantil, essencial para garantir a permanência de parcela

significativa dos estudantes na universidade.

É absolutamente fundamental que todos os colegas participem ativamente da construção da pressão política necessária sobre os deputados e

sobre o Governo do Estado, para obtermos avanços substanciais no investimento do Estado na educação pública em São Paulo, em particular nas universidades estaduais e no Centro Paula Souza.

ASSEMBLÉIA DA ADUSP

5ª-FEIRA, 9 DE JUNHO, ÀS 17 HORAS, LOCAL A DEFINIR

PAUTA: ANÁLISE DOS INDICATIVOS DO FÓRUM/ATIVIDADES NA LDO

Cruesp arrocha salários para financiar custeio

O Fórum das Seis fez questão de abrir a reunião insistindo mais uma vez que as entidades representativas dos estudantes das universidades estaduais e do Ceeteps também deveriam compor a mesa de negociação salarial junto com o Fórum das Seis. Os Reitores contudo continuam considerando que salários dizem respeito tão somente aos docentes e servidores. Nós frisamos aquilo que todos temos assistido por anos seguidos – os estudantes demonstram uma grande responsabilidade na defesa das universidades e do Ceeteps, atuando com determinação inclusive por melhores salários para docentes e funcionários. Eles têm consciência da importância que têm salários adequados para o bom funcionamento destas instituições. Mas infelizmente os Reitores continuaram irredutíveis em uma questão cristalina como essa, recusando-se a incluir as entidades estudantis na mesa salarial.

Com relação à proposta de reajuste de salários, os Reitores foram intransigentes. Mantiveram aquilo que apresentaram em 24/6: um reajuste que essencialmente concede o índice Fipe (7,94%) em duas parcelas, 5% em maio e 2,8% em outubro, podendo esta última parcela retroagir a maio (proporcionalmente à uma arrecadação entre R\$37,86 bilhões e R\$38,353 bilhões) e discutir algum reajuste adicional caso a arrecadação ultrapasse R\$38,353 bilhões.

O Cruesp não moveu-se frente aos argumentos que já apresentamos detalhadamente em nossos boletins. Esses argumentos demonstram não ser razoável transferir para salários tão somente 7,94% de reajuste, quando o crescimento do ICMS deve

consolidar-se em torno de 13% e, tanto menos querer manter 90% de comprometimento máximo com folha de pagamento na Unicamp às custas de arrocho salarial. Os Reitores mostraram-se insensíveis e consideraram encerrada a negociação desse item de pauta.

Reitores vão à Alesp por mais verbas

Ao menos um avanço pode ser registrado nesta reunião. Pela primeira vez em todos esses anos de nossa luta por mais recursos para a educação, particularmente para as universidades e Ceeteps, o Cruesp anunciou ter tomado iniciativas concretas neste sentido, inclusive para estancar as manobras governamentais para reduzir a base de cálculo dos recursos vin-

culados (como os 9,57% para as universidades).

Informaram ter enviado ofício ao Secretário da Fazenda, Eduardo Guardia, sobre o desconto para a habitação que consome cerca de 2% do repasse às universidades. Assumiram organizar uma reunião conjunta com o Fórum e o colégio de líderes na Assembléia Legislativa para defender um conjunto de emendas que aumentem os recursos para as universidades, tanto no que tange ao percentual, quanto no bloqueio às manobras governamentais citadas e, ainda à supressão do artigo da LDO relacionado à cobrança de Ipesp patronal, que afetaria as universidades.

Essa mudança de atitude dos Reitores pode melhorar significativamente as possibilidades de avanços da nossa



Daniel Garcia

A negociação de 1º/6

luta na LDO. Essa, inclusive é a avaliação de muitos deputados. Portanto, é fundamental que discutamos em nossas assembleias a continuidade de nossa mobilização voltada a pressão sobre a Assembléia

Legislativa, para que esta assumira o compromisso de equacionar a questão financeira da USP, Unesp, Unicamp e Ceeteps, instituições de ensino superior e médio importantíssimas para nosso país.

Deputados apoiam aumento de verbas para educação

Centenas de manifestantes da USP, Unesp e Unicamp participaram, nesta quarta-feira, 1/6, a partir das 13 horas, do ato promovido pelo Fórum das Seis na Assembléia Legislativa, em defesa de emendas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que assegurem mais verbas para a educação.

Compareceram ao ato os deputados Renato Simões, líder da bancada do PT; Maria Lúcia Prandi, presidenta da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa; Roberto Felício, Antonio Mentor e Mário Reali.

A deputada Maria Lúcia Prandi mostrou otimismo em relação às possibilida-

des de conquistas do movimento, em face da recente derrota do governo Alekmin na eleição do presidente da Casa.

“Algumas coisas mudaram na Assembléia, para melhor. A Assembléia está conseguindo respirar um pouco, com autonomia”, declarou ela, destacando o fato de que o deputado Roberto Engler (PSDB) deixou de ser o relator da LDO, depois de exercer essa função por quase uma década!

Chances de vitória

O deputado Roberto Felício também expressou confiança nas chances de vitória do Fórum das Seis: “Temos que articular uma emenda que contemple

o aumento geral da educação. Com a casa cheia, pressão bem organizada, vamos conseguir”, disse ele ao auditório lotado.

A iniciativa do Fórum das Seis de retornar à Assembléia Legislativa reviveu as jornadas de luta que travamos em 2004, dando a partida, assim, a uma nova campanha por mais verbas para as universidades públicas estaduais, para o Centro Paula Souza (Ceeteps) e para a educação pública como um todo no Estado de São Paulo.

Depois do ato na Assembléia Legislativa, os manifestantes dirigiram-se para a Reitoria da Unesp, onde realizaram nova manifestação a partir das 16 horas.

Deliberações da Assembléia de 2/6/2005

1 A assembleia da Adusp declara insatisfatória a proposta do Cruesp e considera não haver, no momento, meios para reverter a posição dos Reitores.

2 Deliberou-se indicar ao Fórum das Seis que discuta formas de mobilização para as atividades de luta na LDO e demais itens da pauta de negociação, com indicativo de que o Fórum avalie a proposta de paralisação no dia 14/6.

3 Realização da próxima assembleia da Adusp em 9/6.

Relato da audiência com o Reitor em 2/6

Estiveram presentes os professores diretores Américo Sansigolo Kerr, César A. Minto, Francisco Miraglia e Lucília D. Borsari, diretores da Adusp; e os representantes no CR Carla Carvalho, e Marcio Lambais; e os professores Lighia B. H. Matsushigue e Luiz Menna Barreto.

Contratos precários e concursos públicos

A diretoria da Adusp reapresentou as propostas já formuladas em ofício ao Reitor e veiculadas no *Informativo Adusp*, edições 181 e 182.

Sobre concursos públicos: a Reitoria concordou em reencaminhar em agosto, para o Conselho Universitário, a proposta de que os concursos públicos sejam classificatórios de modo a permitir que o segundo colocado seja chamado caso o primeiro desista da vaga.

A diretoria da Adusp manifestou sua discordância em relação a que uma comissão composta pelo presidente da CPA, presidente da CERT e pelo diretor do departamento de recursos humanos fosse responsável por decidir sobre o final do regime probatório de três anos para os concursos, conforme portaria 506 da Reitoria, de 11/5/2005.

Argumentamos que é deliberação do Conselho Universitário de que a avaliação docente deva se dar no âmbito dos departamentos e que a comissão prevista no artigo 41 da Constituição Federal, parágrafo 4º, deveria incumbir-se da avaliação de fato, não podendo assim fiar a carga de uma comissão central.

A Reitoria declarou que a intenção era que a comissão analisasse o processo de cada docente com base numa avaliação feita pelo departamento. A partir de nossas críticas, o Reitor comprometeu-se a reavaliar o conteúdo da portaria 506.

Finalmente, sugerimos que fossem revistas pelo Conselho Universitário as exceções ao ingresso exclusivamente por concurso público, como no caso dos docentes mestres e da contratação para cursos novos. A Reitoria sugeriu então que formulássemos a proposta para ser encaminhada, o que nos comprometemos a fazer.

Sobre os contratos precários: com a intenção de que seja regularizada o mais rapidamente possível a situação dos atuais docentes contratados de modo precário, a Adusp propôs que seja intensificado o processo de abertura de concursos com garantia de vagas. Sugerimos que esse processo poderia tornar-se contínuo, ou seja, cada docente que complete três anos de casa, ou que se torne associado, seu departamento estaria autorizado a abrir concurso com garantia de vaga extra, caso o docente contratado não venha a ser indicado no concurso.

O Reitor se comprometeu a estudar essa proposta, bem como aquela em que reivindicamos que as demissões de professores com contratos precários seguissem o mesmo trâmite previsto para os docentes concursados. Quanto a exigir que os departamentos justifiquem sua atitude de não abrir concurso para os docentes que satisfaçam as condições colocadas pela Reitoria no processo de regularização dos contratos precários, o Reitor considerou que seria complexo cobrar isso dos departamentos, podendo tal situação ser tratada por pedido explícito do docente ao conselho de departamento, seguido de recurso se necessário.

USP Leste

Três temas envolvendo a USP Leste foram debatidos: a infra-estrutura do novo



Audiência de 2/6 com o Reitor

campus, os contratos precários e a transparência do processo decisório. Sobre as obras em andamento o foco principal foi a possível (e previsível) consequência da falta de estrutura que garanta condições de permanência e trabalho do conjunto dos docentes. Com os contratos precários vigentes por dois anos e a perspectiva de abertura de concursos públicos para a necessária efetivação dos recém-contratados, é evidente a dificuldade de consolidação de atividades de pesquisa e extensão que garanta condições de competitividade nesses concursos.

Segundo o Reitor, não há motivos para preocupação: “não pretendemos demitir ninguém”. Ainda há processos seletivos abertos, mas a partir da implantação da unidade, o que deve ocorrer até o final do próximo semestre, as contratações ocorrerão todas através de concursos públicos. A diretoria da Adusp manifestou a necessidade de se estabelecer o processo de regularização dos contratos dos docentes da USP Les-

te, através da abertura de concursos, com garantia de vagas, antes do término dos atuais contratos. A Reitoria disse que pretende explicitar, por escrito, como deverá se dar o processo de regularização dos atuais contratos precários na USP Leste.

Sobre o processo decisório no novo campus a conversa foi menos tranquila, na medida em que na apreciação do professor Celso de Barros Gomes, coordenador da USP Leste, todas as avaliações da implantação do campus Leste são positivas.

Manifestamos nossa preocupação com a falta de transparência das decisões, sobretudo no que diz respeito à oportunidade que está sendo perdida de incluir docentes, funcionários e estudantes extremamente motivados, na discussão de aspectos relevantes do novo campus. O encaminhamento do anteprojeto de regimento da USP Leste, que deverá regular a criação da nova unidade, foi objeto de indagação: por que os docentes não estão sendo informados e chamados a participar de sua elaboração?

Segundo o professor Gomes, a minuta do anteprojeto foi entregue no dia 1/6 ao Conselho Diretor da USP Leste (CD), que deverá apreciá-lo na semana que vem, quando o professor Walter Coli explicará ao CD seu conteúdo. Só após essa apreciação o anteprojeto será divulgado para a comunidade acadêmica.

A Adusp manifestou sua preocupação com esse procedimento, indagando até que ponto as contribuições da comunidade serão de fato levadas em consideração pelo CD, especialmente no contexto da urgência da implantação da nova unidade. O receio evidente é que a urgência acabe justificando a implantação de um regimento menos afinado com os propósitos originais de leveza burocrática.

Atendimento à saúde

O Reitor sugeriu que a discussão sobre o tema seja feita com membros da comissão do Sisusp e comprometeu-se a agendar em breve uma reunião dessa comissão com a Adusp.

continua na p. 4

Sobre a Esalq

A diretoria da Adusp manifestou sua preocupação com os resultados da comissão de sindicância instaurada pela prefeitura do campus da Esalq, em Piracicaba, sobre o cerceamento das atividades sindicais do Sintusp naquele campus, por ações do servidor Trevisan, presidente da associação local Afesalq.

A comissão não apurou efetivamente as questões levantadas pela Adusp em ofício à Reitoria, tais como o uso privado de espaço do campus pela Afesalq; a situação de afastamento de seu presidente, que não é dirigente sindical; a ação intempestiva do delegado de polícia a pedido de seu amigo Trevisan, presidente da Afesalq.

O Reitor afirmou desconhecer o conteúdo do relatório de sindicância da Esalq e informou que há outras duas comissões de sindicância instauradas pela Reitoria, uma para tratar de denúncias de corrupção e outra de problemas com o servidor Trevisan, mas que elas ainda não terminaram seus trabalhos. Disse também que irá verificar melhor os encaminhamentos dados às questões que havíamos apresentado para a comissão de sindicância.

Plano Diretor do Ensino Superior

A Adusp solicitou maiores informações da Reitoria

sobre a criação pelo Governo do Estado de um Comitê Executivo para elaborar o *Plano Diretor para o Desenvolvimento do Ensino Superior no Estado de São Paulo*. Estava prevista ainda a constituição de diversos grupos de trabalho sobre temas que incluem as questões do acesso, da expansão e do financiamento.

O Reitor informou que as três universidades estaduais paulistas indicaram representantes para atuar nesses grupos, mas que estes ainda não foram constituídos. Respondendo à preocupação da Adusp de que poderia estar sendo pensada uma expansão ainda maior, principalmente do ensino tecnológico, sem a necessária suplementação de verbas, o Reitor disse que o que se prevê para a questão da expansão nos próximos dois anos consiste na consolidação daquilo que já foi feito de 2001 até agora.

A diretoria solicitou que a Reitoria nos mantivesse informados sobre os desdobramentos relativos à essas questões.

Deverá ser agendada nova audiência para tratar do restante da pauta, incluindo a questão das Fundações, do Financiamento Autônomo da Pesquisa e da democratização da universidade.

Ribeirão Preto e Piracicaba discutem democracia na USP

Os campi de Ribeirão Preto e Piracicaba debateram no dia 1º/6 a necessidade de se democratizar a USP. Ambos os eventos contaram com a presença de representantes da Adusp e do DCE, que levaram à comunidade universitária do interior a importância da campanha por eleições diretas para Reitor e por uma Estatuinte exclusiva e soberana.

À tarde, em Ribeirão Preto, cerca de 100 pessoas, em sua maioria funcionários, acompanharam o debate realizado no refeitório central do campus, organizado em colaboração com a APG local e o Sintusp. Para o professor Benedito Machado, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e representante da unidade no Conselho Universitário (CO), a campanha ocorre numa conjuntura adversa na sociedade brasileira, na qual cada um é estimulado a procurar soluções individuais.

Rodolfo Vianna, diretor do DCE e representante discente no CO, mencionou as dificuldades que alunos, funcionários e professores encontrarão nessa luta. Obstáculos que ele

compara ao processo de democratização do país nos anos 1980, quando, segundo Vianna, as pessoas sabiam que seria difícil derrotar a Ditadura Militar. “Os donos do poder na USP não vão abrir mão dele”.

No entanto, ele ressalta que, de fato, essa democracia tem que ser conquistada, sendo um pressuposto essencial para que haja uma real disputa entre os diversos projetos de universidade.

Politicagem

O professor Marcos Magalhães, ex-presidente da Adusp, ressalta que os estudantes das universidades públicas devem contribuir nesse processo de desenvolvimento. Porém, aponta ele, há uma tendência à deterioração da qualidade do ensino na USP, Unesp e Unicamp com a abertura indiscriminada de vagas, sem um aumento nos repasses às universidades. Uma expansão, portanto, custeada através do arrocho salarial dos servidores das instituições, pretendido pelos Reitores e pelo Governador.

Vianna aponta a existência de uma relação de “vassala-

gem” entre a maioria dos membros do CO e o Reitor, na medida em que este indica os diretores de unidade (todos eles professores titulares), que perfazem metade da composição do conselho.

Distanciamento

Pela manhã, na Esalq, em Piracicaba, ocorreu uma conversa com 20 alunos, em grande parte integrantes das diretorias dos centros acadêmicos locais. O professor Flávio Tavares, diretor da Adusp, diz que os estudantes do campus se envolvem pouco nas questões relativas à estrutura da USP e a assuntos de interesse geral da comunidade universitária, com a tendência de cuidar de assuntos ligados a seu interesse imediato, como reformas curriculares. “É uma relação que se baseia na troca: o estudante entra na universidade querendo alguma coisa”.

Renato Morgado, diretor do Centro Acadêmico Luiz de Queiroz (Calq), ressaltou a necessidade de mostrar como as estruturas de poder atuais influenciam a vida dos estudantes, de forma a persuadi-los a participar da campanha.

Lançamento da Campanha Democratização da USP

8 de junho • 4ª-feira • 13 horas
no Anfiteatro da História

Chico de Oliveira
Maria Victoria Benevides

